

VIOLÊNCIA NA ESCOLA:
SÃO POSSÍVEIS AÇÕES DE PREVENÇÃO?

Copyright © Paulo Cesar Pontes Fraga (org.), 2016

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida por meio impresso ou eletrônico, sem a autorização prévia por escrito da Editora/Autor.

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA/ EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Gabriel Noro

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

V792

Violência na escola: é possível ações de prevenção / organização Paulo Cesar Pontes Fraga. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
54 p. : il. ; 14x21 cm.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-7785-441-7

1. Negros - Condições sociais. 2. Discriminação racial. 3. Racismo.
4. Relações raciais. I. Fraga, Paulo Cesar Pontes.

16-38392

CDD: 305.896

CDU: 316.347

LETRA CAPITAL EDITORA

Telefones (21) 22153781 / 35532236

vendas@letracapital.com.br

www. letracapital.com.br

Paulo Cesar Pontes Fraga (Org.)
Rogéria Martins
Ana Carolina Damasceno

VIOLÊNCIA NA ESCOLA:
SÃO POSSÍVEIS AÇÕES DE PREVENÇÃO?



LETRCAPITAL



SUMÁRIO

- 7 Qual o objetivo desse livro?
- 9 Pensando a violência na escola
- 15 Agressões, crimes e incivilidades
- 21 A Escola e a diversidade sexual
- 27 Escola, *Bullying* e Racismo
- 34 Escola e Religião
- 39 Escola e drogas
- 45 Considerações Finais
- 46 Referências
- 48 Os Autores





Qual o objetivo desse livro?

Este pequeno livro se destina aos profissionais do ensino. Professores (as), coordenadoras (es), gestores(as), orientadores (as), enfim, todos (as) que desenvolvem suas atividades profissionais voltadas à escola.

Não se trata de um manual, daqueles que costumamos ver publicados em que especialistas buscam orientar, direcionar ações, dar dicas ao público a que se destina a publicação. Nós não temos esse objetivo, porque consideramos que todos os profissionais de ensino têm uma reflexividade sobre o tema e uma rica experiência no seu cotidiano, no qual enfrentam o problema em suas múltiplas expressões e dimensões.

Pretendemos que o livro seja instrumento a permitir, a partir de informações nele contidas e problematizações inseridas, enriquecer a reflexividade dos profissionais de ensino e colaborar com a busca de soluções coletivas na temática da violência na escola.

Reconhecemos, com isso, que a violência na escola é um tema complexo, multifacetado, de difícil conceituação. Por mais que haja nos últimos anos, debates e relevo de que, pelo menos, há mudanças em suas manifestações no interior dos estabelecimentos de ensino, cada realidade requer soluções ou enfrentamento do problema, coletivos e específicos, envolvendo os diversos sujeitos interna e externamente ao ambiente escolar, comprometidos direta e indiretamente com a escola.

Assim, pretendemos estimular nos agentes educacionais suas capacidades de formular ações e produzir soluções para enfrentar

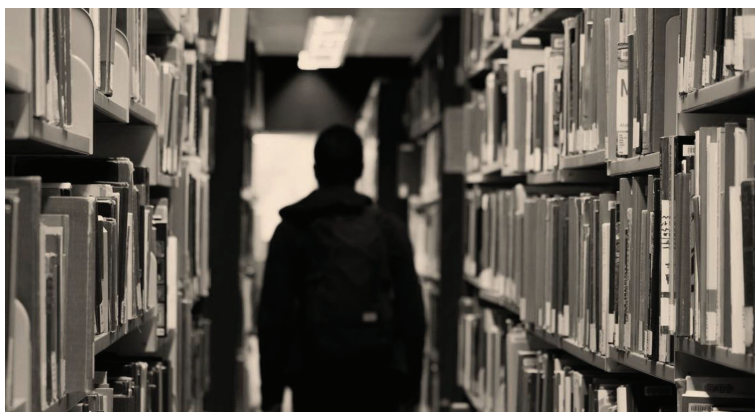
a violência que, por ventura, atinja o dia a dia da escola, mas, além disso, busque intervir sobre questões polêmicas, que possam gerar conflitos, evitando que as diferenças possam desembocar em atos de desumanização de alunos e alunas.

Com isso, não pretendemos dizer que é possível uma escola sem divergência, mas, ao contrário, afirmá-las. Entretanto, reconhecemos as necessidades dos atores estarem atentos às formas da condução das manifestações das diferenças no âmbito escolar evitando transformarem-nas em conflitos e intolerância.

A intolerância, o não reconhecimento do outro, a resolução de conflitos por meios ilegais e criminosos, a submissão de pessoas e coletivos por grupos são as bases da violência e de atos criminosos que permeiam a sociedade e a escola, particularmente.

Reconhecemos, portanto, a escola como espaço de diferenças e pluralidade, por isso, o respeito a essas diversidades é fundamental no ambiente estudantil. Buscando diferenciar o que são as pluralidades, o respeito a elas no âmbito democrático, evitando que a intolerância se imponha. Busca-se, ainda, distinguir dessemelhança de violência; de crimes e de conflitos.

Por fim, cabe-nos informar que esse livro nasceu de conversar e debates com alunos e profissionais do ensino no âmbito de duas pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de pesquisa Violência, Políticas de Drogas e Direitos Humanos e financiadas pela FAPEMIG. Agradecemos a essa agência de fomento os recursos mobilizados.





Pensando a violência na escola

A violência na escola é um problema que vem mobilizando especialistas, educadores, pais, alunos e estudantes nos últimos anos. Não é um problema exclusivo de nossa cidade, de nosso estado ou de nosso país. Outros países, assim como todos os estados da federação e muitos municípios brasileiros apresentam casos de violência na escola. Esses casos envolvem diversos sujeitos presentes no universo escolar e dos ambientes próximos ou não à escola.

Mas, afinal, que problemas são esses? Eles são iguais em todos os estabelecimentos de ensino? Acontecem em escolas públicas e privadas? Como classificá-los?

Essas perguntas e outras serão alvos de nosso debate. Elas nos colocam de frente a uma questão fundamental: A violência na escola possui especificidade ou ela reflete, no espaço escolar, a violência da sociedade em geral?

Nos últimos anos, em escolas brasileiras, registrarem-se muitas ocorrências de agressões, assassinatos, entrada de armas de fogo em sala de aula ou no espaço escolar em muitas cidades brasileiras. Como podemos classificar esses eventos no âmbito escolar?

Eles são novos ou sempre existiram? Se eram comuns, aconteciam com as mesmas características ou mudaram?

Essas questões são importantes para pensarmos sobre o que vem ocorrendo e porque a denominada violência na escola nos mobiliza tanto.

O sociólogo francês Bernard Charlot (2002) reconhece que a violência na escola não é um fenômeno novo. Já que no século XIX

explosões violentas aconteciam dentro das instituições escolares e eram sancionadas com prisões. Bem como, nas décadas de 1950 e 1960, a relação entre professores e alunos nem sempre se faziam cordial, é possível encontrar relatos de agressões verbais e incivildades entre os mesmos.

O autor supracitado propõe ainda, na conceituação da violência escolar, três planos de classificação: violência – golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismo; incivildades – humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito; violência simbólica ou institucional – falta de sentido em permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses. (Charlot, 2002).

Charlot propõe, portanto, que há causa e consequências diversas que advém da violência escolar. Elas acabam se traduzindo em fenômenos heterogêneos, de difícil delimitação.

Para outro importante autor francês, estudioso da temática, Éric Debarbieux (2002), há uma *visão inflacionista da violência*, visto que são agrupados no conceito tudo aquilo que é conhecido como incivildades, ou seja, xingamentos, ofensas, linguagens chulas, empurrões, humilhações, dentre outros. “Essa abrangência excessiva parece tornar o conceito impensável, criando confusão semântica e léxica” (Debarbieux, 2001, p. 18).



Segundo uma autora brasileira que tem se dedicado a pesquisas sobre o tema, Miriam Abramovay, o conceito de violência na escola, mas, também, os termos usados para indicá-la, classificá-la variam em diferentes países. Nos Estados Unidos, por exemplo, diversas pesquisas sobre violência na escola recorrem ao termo delinquência juvenil. Para alguns autores da literatura especializada na Inglaterra, o termo violência na escola só deveria ser empregado no caso de conflito entre estudantes e professores (Abramovay, 2009, p. 72).

Não obstante, os contextos de diversidade na escola fazem parte das vivências e experiências do mundo infanto-juvenil. Nesse conjunto de novas experiências, ainda em processo de construção, as diferenças se exacerbam e novas formas de violência se manifestam na difícil missão de compreender o outro no seu direito de ser diferente. Na contramão desse processo, a escola tem sido palco, também de práticas violentas mais graves, contribuindo para um contexto inseguro e apreensivo da instituição escolar. Os atores em jogo no universo escolar dimensionam as possibilidades conflitantes em jogo: aluno x aluno; aluno x professores; jovem x escola; escola x comunidade).

Podemos, então, concluir, que estamos tratando de uma temática, cuja própria definição não é consensual. De acordo com o país, de quem esteja debatendo, informando ou problematizando (mídia, pesquisadores, comunidades escolares e entorno...), o tema tem sido tratado de forma específica. No Brasil, não é diferente. Muitas vezes, quando nos referimos à violência na escola, não sabemos muito bem do que estamos tratando. Depredação do patrimônio; brigas entre alunos; agressão contra professores; venda e uso de drogas no interior da escola, presença de armas no espaço escolar, *bullying*; roubos e furtos de equipamentos, entre outros problemas, têm sido tratado como violência na escola. **Mas podemos dizer que tudo isso é violência na escola?**

A resposta seria sim e não. Com certeza, a maioria dos eventos descritos acima pode se moldar naquilo denominado como violência na escola. Até porque a violência também precisa ser contextualizada. Em alguns lugares, algo pode ser considerado violência e em outros não. Há um componente cultural que deve ser levado em consideração na definição do termo. Entretanto, também, não podemos esquecer

que à medida em que os direitos individuais e sociais avançam determinadas práticas, vistas até então, como não violência, podem ser consideradas como tal. Principalmente quando determinados grupos alvos de discriminação passam a ser vistos como sujeitos de direitos e determinadas práticas de discriminação e intolerância passam a ser condenadas pela sociedade.

Ou seja, o que antes era tolerável, admitido, hoje não é mais. Anteriormente um xingamento, um castigo, uma atitude mais severa poderia, inclusive, ser vista como recurso pedagógico, práticas que, atualmente, são rejeitadas por especialistas e pela sociedade.



No entanto, a percepção de que há violência na escola entrou como importante questão na agenda do ensino fundamental brasileiro. Os resultados de uma pesquisa realizada com professores e diretores de escolas de todo o Brasil, a PROVA BRASIL, mostrou para o ano de 2013, que a violência interpessoal (agressões físicas e verbais) é o tipo que ocorre com mais frequência nas escolas, segundo relato dos profissionais de ensino. As principais vítimas e agressores são os próprios alunos.

Assim, podemos observar que em alguns países a percepção de que a escola é local onde a violência se mostra de forma específica nos levando a pensar se a violência em seu interior aumentou ou se, hoje, passamos a considerar violência práticas que antes não percebíamos como tal.

Questiona-se, também, se a existe uma violência própria do ambiente escolar ou se no interior da escola reflete-se uma violência que é da própria sociedade?

QUADRO 1

Violência na Escola, Brasil

Em 2014, um em cada quatro brasileiros apontou a falta de segurança e a violência nas escolas como o principal problema da educação pública no Brasil, segundo dados de pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular. Dentre os entrevistados, 73% identificaram ainda a existência de um grau elevado de violência nas escolas, revelando que para a população brasileira este é um problema concreto e que aflige todo o país. O avanço de pesquisas nacionais sobre o tema, realizadas com diretores, professores, alunos e avaliadores externos, permite identificar que a violência nas escolas consiste de fato em uma realidade do sistema educacional brasileiro. No entanto, os dados revelam igualmente a complexidade deste fenômeno, que se apresenta sob diversas facetas e com níveis de ocorrência variados, levando à necessidade de um aprofundamento da reflexão sobre as estratégias de intervenção necessárias ao seu enfrentamento. **(Anuário Brasileiro de Segurança Pública, FBSP, 2014)**

QUESTÕES

Na sua escola, verificam-se casos de violência? O que vocês consideram violência na escola? É possível classificá-la?

No Dia 7 de abril de 2011, no turno da manhã, às 8h 30min, da Escola Municipal Tasso de Oliveira, localizada no bairro de Realengo, no Rio De janeiro, o ex-aluno Wellington Menezes de Oliveira, de 23 anos, invadiu a unidade escolar, portando duas armas de fogo e adentrando aleatoriamente às salas de aula, atirou a esmo, matando doze adolescentes de idades entre 13 e 16 anos e ferindo outros treze. A tragédia não foi maior, porque o atirador foi interceptado por policiais, vindo, logo em seguida, a cometer suicídio.

Passados alguns anos após essa triste ocorrência que ficou conhecida como Massacre de Realengo, pouco se sabe do motivo que levou o jovem a cometer tal ato, que deixou perplexo e comovido todo o país. Foi a primeira vez que uma escola em território brasileiro sofreu este tipo de atentado, mais comumente ocorrido em nações como os EUA.

Familiares e conhecidos de Wellington relataram que ele era uma pessoa reservada, de poucos amigos, que sofrera bullying na escola e se interessava por histórias de atos terroristas. Entretanto, nunca se pode verificar se o atentado teve alguma ligação com esses fatos.

QUESTÕES

Como entender um massacre na escola? Vingança de humilhações passadas? Uma resposta à vitimização do *bullying*? Motivação religiosa ou ideológica? As possibilidades são múltiplas, mas nenhuma alcança uma questão mais ampla que está em jogo...a vulnerabilidade do ambiente escolar. É possível evitar um atentado como esse em outras escolas?



Agressões, crimes e incivildades

O sociólogo francês Bernard Charlot (2002) propôs uma classificação para as diversas formas de violência que atingem o espaço escolar. Ele buscou defini-la segundo três tipos: a violência à escola, a violência da escola e a violência na escola.

A primeira estaria relacionada à natureza e às atividades da instituição escolar, mirando diretamente à instituição e àqueles que a representam. Seriam os atos que visam atingir os professores, os alunos e o patrimônio pelo que eles representam em relação ao papel da escola na sociedade.

O segundo tipo seria aquela praticada pela instituição escolar, uma violência institucional simbólica. Ou seja, as manifestações de violência da instituição contra alunos, notadamente.

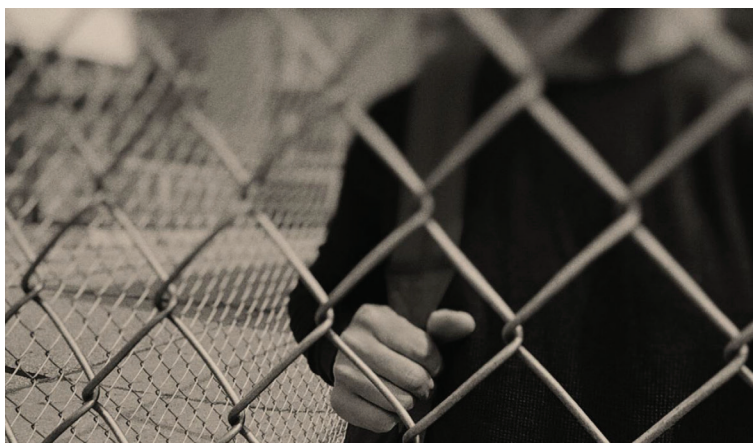
A violência na escola seria um tipo que se refere ao espaço escolar, ou seja, uma violência que acontece no espaço físico da escola, mas que não se refere às atividades da instituição escolar. Isto é, uma violência que se reproduz na escola, mas não se vincula, especificamente, às atividades escolares, embora possa influenciar o andamento do dia-a-dia do estabelecimento escolar.

Essa tipologia é interessante, pois serve para definir algumas ações e atos que acontecem na escola no seu cotidiano e busca diferenciar esses atos, permitindo melhor enfrentá-los.

Uma questão que aflige o cotidiano da escola refere-se aos insultos, xingamentos, desobediência às regras praticadas por alunos contra professores e, também, desses últimos contra os alunos.

Esses eventos têm chamado a atenção nos últimos anos nas escolas brasileiras. Em 2009, o Sindicato dos professores de Minas Gerais em parceria com o Ministério do trabalho realizou uma pesquisa com os docentes do ensino fundamental sobre as condições de saúde e de trabalho do profissional do ensino e, entre muitas questões, destacou-se o dado de que aproximadamente 41% dos professores informaram que já haviam sido agredidos ou ameaçados por alunos pelo menos uma vez.

Uma pesquisa mais recente, do ano de 2014, encomendada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) ao Instituto DATAPOPULAR, apontou que é comum no desempenho de suas atividades laborais, os professores de escolas do ensino fundamental de vários municípios paulistas conviverem diariamente com casos de violência. Relataram que as mais comuns são brigas entre alunos (72%); ter algum bem próprio avariado ou danificado por algum aluno (35%); presenciar alunos se ameaçando (57%); sofrer algum tipo de ameaça por algum aluno (35%). Informaram, ainda, ser comum presenciarem alunos em sala de aula ou nas dependências do estabelecimento de ensino em que trabalham sob efeito de drogas (42%); traficando algum tipo de substância psicoativa ilegal (29%); alunos sob o efeito de bebidas alcoólicas (29%); ter conhecimento de gangues (21%); alunos portando armas brancas (15%) e alunos portando armas de fogo (3%). (APOESP/DATAPOPULAR, 2014).





Este quadro parece refletir uma situação recente, ou pelo menos, tornou-se um problema de alguns anos para cá, mesmo que reconheçamos que indisciplina e violência sempre fizeram parte do cotidiano escolar. Brigas entre alunos, desobediências, insubordinação sempre ocorreram. Mas, esses dados mostram que os conflitos, hoje, são mais problematizados, ganhando contornos e consequências mais dramáticas. Casos, como o a entrada de armas de fogo, ameaças contra a vida do professor e a sensação de medo que acomete alguns profissionais no âmbito do desempenho de suas atividades profissionais, parecem ser situações mais recentes, com raros registros anteriormente.

Por outro lado, não devemos, como bem nos alerta o sociólogo Éric Debarbieux, inflacionar ou valorizar demais os conflitos no ambiente escolar. É possível administrar parte dos conflitos e tratá-los como algo pertencente à convivência entre as pessoas.

Entretanto, é importante distinguir entre incivildades e crimes/violência para dar o tratamento correto à questão. Assim como, torna-se imprescindível não inflacionar a violência, não é possível tratar fatos e atos que ameaçam a vida e a dignidade humana como algo sem importância. Para isso, a escola precisa recorrer, em casos específicos,



a outras instituições estatais ou não visando a resolução do conflito, sem, contudo, criminalizar determinadas contendas administráveis no âmbito institucional.

QUADRO 3

Aluno quebra os braços e seis dentes de professora no RS

Uma professora de uma escola técnica em Porto Alegre (RS) teve os dois braços e seis dentes quebrados após ser espancada por um aluno do curso de enfermagem que ficou revoltado por ter tirado uma nota baixa. O caso ocorreu na última terça-feira.

Após tomar conhecimento de sua nota, o rapaz utilizou uma cadeira de ferro para agredir a professora, de 57 anos. Os braços dela foram atingidos no momento em que tentou se defender. Mesmo depois de ela ter desmaiado, o estudante, que é instrutor de artes marciais, desferiu socos e chutes, quebrando os dentes da professora. Ao perceber a chegada de duas professoras, o aluno decidiu fugir.

O delegado Fernando Soares, que investiga o caso, disse que um segurança e o porteiro do prédio ainda tentaram deter o agressor mas não conseguiram. O estudante, de 25 anos, ainda não foi localizado pela polícia. (PRISCILA TRINDADE, Agência Estado, 12 Novembro 2010)

QUESTÕES

O que faz um aluno agredir uma professora ao receber uma sanção no desempenho escolar? Onde se perdeu a expectativa da

relação ensino-aprendizagem colocada na interação entre aluno e professor, que conduz o outro a esse tipo de intimidação? O que está em jogo aqui é a autoridade docente. (projetos de avaliação automática impactando a autoridade do docente, por exemplo.)

QUADRO 4

Adolescente sofre abuso sexual dentro de escola do DF, diz polícia

Menina teria sido empurrada para sala de aula e obrigada a fazer sexo oral.

Um maior de idade está preso; 3 menores foram apreendidos e liberados.

Uma adolescente de 13 anos foi abusada sexualmente na última sexta-feira (1º) por sete jovens numa escola pública de Ceilândia Norte, a cerca de 26 quilômetros de Brasília, de acordo com informações da polícia. A vítima teria relatado que os abusos ocorreram durante o intervalo, dentro de uma sala de aula vazia.

O delegado da Delegacia da Criança e do Adolescente, Fernando Fernandes, informou que três menores chegaram a ser apreendidos, mas já foram liberados. Um rapaz, maior de idade, está preso e outros três adolescentes estão sendo identificados.

Fernandes disse ainda que a menina teria sido empurrada para dentro de uma sala na hora do intervalo e obrigada a fazer sexo oral em dois rapazes. Os outros teriam ficado na porta, vigiando. Os alunos que cometeram o abuso eram mais velhos. A polícia informou que um deles teria filmado a cena com o celular.

A Secretaria de Educação não quis gravar entrevista. Por meio de nota, o órgão informou que só vai decidir que medidas serão tomadas depois da conclusão do inquérito da polícia.

SAIBA MAIS

O pai da menina disse que a ela é aluna especial e tem dificuldade de aprendizagem. Em entrevista ao Bom Dia DF, ele afirmou que a filha já teria sido abusada por três vezes na escola. “Ela disse que travou, ficou preocupada de falar na escola e falar com os pais”, declarou.

A polícia aguarda o resultado do exame feito no Instituto Médico Legal para saber se também houve outras formas de abuso. O delegado Fernando Fernandes disse que a investigação prosseguirá para identificar a participação de mais jovens no abuso.

“Um segundo relato da vítima indica que há a participação de outros jovens que ainda não foram totalmente qualificados, identificados. Nós prosseguiremos com as investigações, no intuito de investigar esses jovens e apresentá-los, se menores, à Vara da Infância, e, se maiores, à vara criminal competente”, disse o delegado.

Segundo Fernandes, como o crime teria ocorrido durante três dias seguidos em horário de aula, a escola pode ser responsabilizada. “O diretor ou servidor responsável pela segurança dos alunos na escola poderá responder, sim, pela omissão, se ficar caracterizado que ele podia e devia agir para evitar que o resultado ocorresse”, afirmou Fernandes.

O pai da menina também contou que a adolescente está constrangida e não quer tocar no assunto. A família pretende mudar de endereço e trocar a menina de escola.

Os suspeitos podem responder por estupro de vulnerável. O maior de idade pode pegar até 15 anos de reclusão. Os menores podem ter de cumprir medida sócioeducativa de até 3 anos de internação.

(<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/06/adolescente-sofre-abuso-sexual-dentro-de-escola-do-df-diz-policia.html>).

QUESTÕES

- 1) Há casos de violência sexual em sua escola?
- 2) O que a direção e professores têm feito para discutir o tema ou tomar providências?
- 3) A questão sexual é um tabu em sua escola?



A Escola e a diversidade sexual

Uma das questões mais polêmicas e que tem suscitado muitos debates nas escolas e na sociedade é a diversidade sexual. Hoje, muitas pessoas têm assumido de forma mais aberta sua sexualidade, em tempos de maior aceitação e de afirmação da diversidade sexual. Entretanto, grupos conservadores e pessoas intolerantes têm reagido, por não aceitarem essa condição.

Antes de abordarmos mais detidamente esta questão na escola, vamos começar falando do que estamos tratando. Sexo, sexualidade, orientação sexual, diversidade sexual e gênero são as mesmas coisas? Sobre o que estamos falando ao nos referirmos à sexualidade? Que é gênero?

Diversidade sexual refere-se às variadas formas de vivenciar e experimentar a sexualidade. Assim, não existe um padrão, mas, sim, diferentes maneiras de expressar a sexualidade. No entanto, muitas pessoas têm dificuldades e são discriminadas, sendo reprimidas ou impedidas de viver livremente sua sexualidade.

Vamos trazer dados de uma pesquisa desenvolvida pela Fundação Perseu Abramo, em 2009, considerada a primeira investigação voltada para o tema da diversidade sexual no Brasil. A maioria das pessoas entrevistadas, nessa enquete, respondeu que acredita que o preconceito contra as pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) é grande no Brasil, em percentuais que variam de 93% para os travestis e 26% contra gays.

Nessa mesma pesquisa, foi feita uma escala que buscava classificar

o nível do preconceito das pessoas em relação à população LGBT. Os resultados apontaram que 6% dos entrevistados foram classificados como pessoas que têm forte preconceito; 39% com preconceito mediano; 54% apresentaram um grau leve de preconceitos. Mas, o que mais se destacou, foi o fato de que, apenas, um por cento dos entrevistados não expressou qualquer nível de preconceito.

Com os dados dessa pesquisa, podemos afirmar que a discriminação contra a população LGBT é muito alta. Nem toda discriminação ou intolerância com determinados grupos ou comportamentos acarreta em violências mais graves como agressão física, tentativa de homicídio ou homicídio, ainda que a discriminação, por si mesma, possa ser considerada uma forma de violência.

Todavia, em muitos casos o preconceito e a intolerância terminam em humilhações, agressões verbais ou físicas que afetam as pessoas com orientação sexual no grupo LGBT. Nesses casos, estamos tratando de uma grave violação dos direitos humanos dessas pessoas.

No ambiente escolar a situação não é diferente. Muitos alunos e até professores discriminam e humilham pessoas por sua orientação sexual que não se encaixam nos comportamentos heteronormativos, ou seja, localizados fora dos padrões da heterossexualidade.

Sexo é distinto de sexualidade e de gênero. O sexo é uma determinação biológica. As pessoas nascem com sexo masculino ou com sexo feminino. Entretanto, hoje, já se sabe que existem pessoas que nascem com uma combinação desses fatores e, por isso, podem apresentar características de ambos os sexos. Essas pessoas são denominadas intersexos.

A orientação sexual, por sua vez, significa as formas diferenciadas de viver e direcionar o desejo sexual/afetivo de cada pessoa. Podemos dizer que as três principais orientações sexuais são:

- 1) **Heterossexual** - Pessoas que têm atração sexual por pessoas do sexo oposto.
- 2) **Homossexual** - São aqueles e aquelas que têm desejo sexual por pessoas do mesmo sexo.
- 3) **Bissexual** - Homens e mulheres que têm atração por pessoas do mesmo sexo ou pelo sexo oposto.

Logicamente, essas orientações estão sempre em transformações. No entanto, o termo orientação é o mais adequado para definir as formas de expressar o desejo sexual. Não é correto se referir ao direcionamento do desejo sexual/afetivo como opção sexual, pois não se trata de escolha por determinada direção.

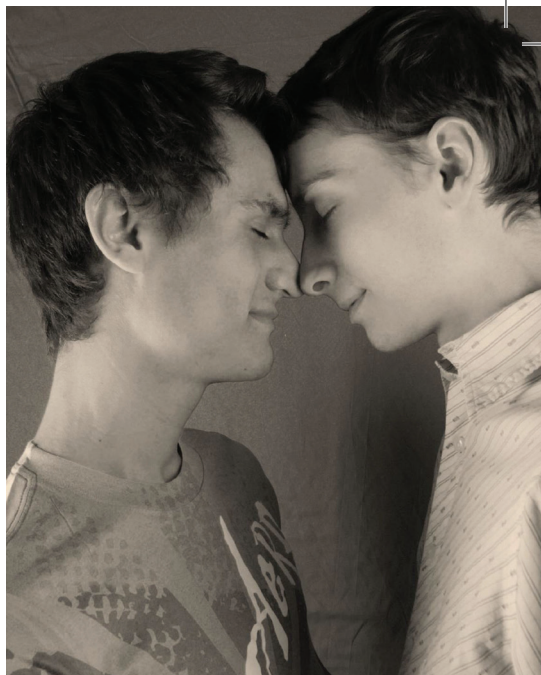
Outra questão importante a frisar é que homossexualidade ou bissexualidade não é doença. Desde a década de 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece que a homossexualidade não está atrelada a nenhuma patologia.

O gênero, por sua vez, corresponde a uma identidade que pode corresponder ou não aos elementos culturais e sociais do sexo da pessoa. Ou seja, há uma relação entre o sexo e comportamentos específicos. Quando há relação direta entre o sexo e o comportamento sexual do comportamento cultural e social esperado para o sexo da pessoa, esta pessoa é considerada cisgênero.

Por outro lado, há pessoas do sexo masculino e do sexo feminino que se identificam com hábitos e comportamentos, que são culturalmente associados ao sexo oposto ao seu. Isto é, apesar de serem biologicamente do sexo masculino ou feminino, se identificam com o sexo oposto. Assim, os estudiosos do assunto chamam a atenção de que o sexo é biológico e o gênero é construído culturalmente.

Hoje, é possível identificar alguns gêneros:

- 1) **Travesti** - Pessoas que se vestem e podem fazer transformação no corpo, buscando ficar parecida com o sexo oposto. Entretanto, não são pessoas que fazem cirurgias para mudar de sexo.
- 2) **Transexual masculino ou feminino** - Pessoas que realizam, geralmente, mudanças mais profundas do corpo por meio



de terapias hormonais a ponto de seu corpo aparentar as características do sexo oposto. Muitas pessoas transexuais, não chegam a fazer a operação para troca de sexo, se limitando às características externas como seio, voz mais afinada, curvas próprias do corpo feminino para homens que se tornam mulheres transgêneras e barba e músculos para as pessoas do sexo feminino que buscam se tornar homens transexuais.

3) Cisgênero - Pessoas que agem e se identificam com hábitos culturalmente associado ao seu sexo.

Todas essas questões, logicamente, aparecem na escola, nem sempre com toda essa intensidade. Mas não resta dúvida de que as pessoas homossexuais ou com identidade de gênero diferente do seu sexo sofrem muitos preconceitos de indivíduos e grupos que não aceitam ou são intolerantes com o que se denomina diversidade sexual.

A escola como local de exercício e aprendizado de valores cidadãos e dos direitos humanos deve estar atenta aos episódios de intolerância sexual e buscar coibir suas práticas. Para isso, a escola precisa ter, além de boa informação sobre o tema, estratégias para seu enfrentamento. Um bom caminho é promover palestras e debates sobre o assunto, envolver todo o corpo de atores ligados direta ou indiretamente ao universo escolar (responsáveis, funcionários, alunos e professores) para compreender suas visões sobre o assunto. O tema pode ser incluído transversalmente em várias disciplinas.

Não há estudos mais aprofundados no Brasil sobre o tema, mas é significativo o número de jovens e adolescentes homossexuais que abandonam os estudos devido à perseguição, a humilhação e outras formas de violência. A UNESCO tem chamado a atenção desse problema que está presente em milhares de escola ao redor do mundo.

No Brasil, em 2009, o Sindicato dos Profissionais de Ensino do Estado do Rio de Janeiro (SEPE), estimou que cerca de 20% dos alunos homossexuais abandonavam o ensino fundamental devido ao preconceito e às discriminações que sofrem. Apesar de nos últimos anos ter havido avanço na garantia dos direitos

das pessoas homoafetivas e da diversidade sexual, ainda é forte a discriminação.

Outra questão que tem merecido atenção na escola é o preconceito contra famílias homoafetivas, notadamente, de filhos que têm sofrido perseguições.



QUADRO 5

Garoto filho de casal homossexual morre após agressão em escola

Um dos pais disse não saber que o filho sofria preconceito. O adolescente de 14 anos sofria de aneurisma e não resistiu às agressões

Um adolescente de 14 anos morreu nesta segunda-feira, 9, após ser agredido dentro da escola pública onde estudava na Grande São Paulo. Peterson Ricardo de Oliveira é filho de um casal homossexual e esse teria sido o motivo que gerou a briga.

Um dos pais, Márcio Nogueira, disse que nunca soube que o filho sofria preconceito. Ao ser informado pelo delegado Eduardo Boiguez Queiroz decidiu divulgar a agressão da última quinta, 5, para evitar que novos casos como esse aconteçam. A briga que Peterson se envolveu poderia não ter causado grandes danos a saúde, segundo o delegado. O adolescente chegou a assistir

aula depois da confusão, mas como sofria de aneurisma foi levado para o hospital onde entrou em coma e não resistiu.

Dois dos agressores foram à casa dos familiares da vítima para se desculparem. Os pais pretendem processar o Estado. A Secretaria Estadual de Educação de São Paulo divulgou nota oficial negando que tenha acontecido alguma agressão no interior da unidade onde o adolescente estuda.

(O Povo on line, 10/03/2015)

QUESTÕES

1. Como uma instituição escolar pode negar a variabilidade do desejo sexual existente na sociedade? A dignidade humana é um princípio verdadeiro ou é uma disposição seletiva no universo escolar? A discussão no plano da cidadania envolve perspectivas universais, que devem ser reclamadas na escola, na família e no Estado. (discurso de tolerância)



Escola, *Bullying* e Racismo

A palavra *bullying*, que é originária da língua inglesa, e que significa intimidar, provocar, passou a ser utilizada por especialistas para caracterizar a perseguição sistemática de uma pessoa ou pessoas por alguém ou um grupo de pessoas que buscam humilhá-la (s), ofendê-la (s) ou constrangê-las.

A caracterização do *bullying* como um problema que atinge, notadamente, crianças e jovens, podendo acarretar em sérios problemas de relacionamento, psicológicos e, em casos extremo, ao suicídio das pessoas atingidas.

Não é qualquer ofensa, xingamento ou desaforo que deve ser considerado *bullying*, mas, sim, uma perseguição sistemática, direcionada e que se repete em período prolongado de tempo, podendo chegar a anos.

Geralmente, as ofensas se dão por alguma característica da pessoa perseguida ou que aqueles que a perseguem querem destacar e que estão atreladas a algum preconceito ou não. Geralmente são alvos de *bullying* pessoas vistas como acima ou muito abaixo do peso pelos padrões estéticos dominantes; pessoas pertencentes a determinadas religiões; pessoas afrodescentes ou indígenas, no caso brasileiro ou de alguma raça/etnia, dependendo do país; homossexuais, entre outras. Entretanto, as características pessoais podem ser alvo de *bullying* como a timidez ou a forma de se vestir.

Uma questão, entretanto, deve ser compreendida mais especificamente. Racismo e injúria racial não são meras práticas de

bullying, são crimes específicos. Por mais que haja uma perseguição por alguém devido à sua condição racial, o tratamento deve ser específico pela direção da escola e pelos professores.

Ou mesmo pode ser dito em relação à liberdade religiosa, que iremos abordar mais à frente e à diversidade sexual, que já nos referimos, anteriormente.

O combate às práticas racistas deve ser prioridade em qualquer escola e ações específicas devem ser implementadas pela instituição de ensino visando coibir qualquer prática desta natureza e objetivando à promoção da cidadania e dos direitos humanos.

O racismo é uma ideologia que prega a superioridade de um grupo étnico ou racial sobre outro ou outros ou a inferioridade de um grupo sobre os demais ou algum específico.

O racismo não tem base científica alguma, embora muitas falsas teorias foram criadas para justificá-lo. Crimes contra a humanidade e a manutenção de grupos específicos em condições desumanas, de extrema pobreza, miséria foram e são praticados por causa do racismo.

O Nazismo, o *Apartheid* na África do Sul, o sistema de leis e regras no Sul dos EUA que separavam os negros dos brancos são exemplos de práticas racistas sistemáticas e organizadas levadas a cabo por governo e que se constituíram políticas de Estado, em alguns casos.

No entanto, o racismo está difundido de maneira menos sistemática e continua atingindo pessoas e grupos. O Brasil, que foi um país que teve escravidão, continua com uma dívida histórica com os descendentes dessa população que foi retirada a força de suas terras pelo sistema de tráfico de escravos.

O preconceito racial contra afrodescendentes e os povos indígenas e seus descendentes ainda é forte no Brasil e se reflete nos indicadores socioeconômicos e em práticas cotidianas como a injúria racial e a segregação.

A prática de *bullying* em escolas brasileiras não é algo novo, mas vem ganhando maior relevo, pois atinge alunos e alunas de forma mais contundente do que antes, por relatos de desencadeamento de doenças como a depressão.

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE), realizada pelo IBGE em parceria com o Ministério da Saúde, de 2012, revelou que.

7,2% dos alunos entrevistados informaram que no período de um ano anterior à pesquisa, sempre ou quase sempre se sentiram humilhados por provocações no interior do estabelecimento de ensino onde estudavam nos 30 dias anteriores à investigação.

A PENSE revelou um dado que expressa bem a situação de *bullying* nas escolas brasileiras. Um percentual de 20,8% dos adolescentes admitiu que praticou algum tipo *bullying* em colegas de escolas.

Na edição de 2009 da pesquisa, 5,4% dos entrevistados admitiram ter sofrido *bullying* em algum momento na escola, percentual que aumentou 6,9 % na pesquisa de 2012.

Outro problema que vem chamando a atenção dos especialistas é o denominado *cyberbullying*, ou seja, a utilização da internet e de meios eletrônicos para divulgar imagens, difundir notícias que exponham uma pessoa de forma a humilhá-la, constrangê-la ou difamá-la.

As redes sociais, hoje, são meios utilizados para a disseminação do *cyberbullying* e a velocidade e a abrangência em que podem atingir expõe uma pessoa para o mundo inteiro. Assim, casos de adolescentes que em situações de intimidade foi filmada sem seu consentimento e teve a situação exposta não têm sido incomuns.

Na escola, os diretores são obrigados a enfrentar situações, muitas vezes geradas dentro da própria instituição de ensino ou difundida por alunos e alunas. São situações muito complexas.

QUESTÕES

Como sua escola tem enfrentado a questão do *bullying*?

Como tem sido feitas orientações para os alunos quanto ao uso das redes sociais?

Os pais têm se envolvido com o debate da questão em sua escola?

Qual o alcance da escola diante das virtualidades nas relações escolares? Que tipo de sociabilidade os alunos estabelecem nas redes sociais que impactam a comunidade escolar? O que os alunos experimentam não é possível controlar,



mas reconhecer essas virtualidades como um artefato cultural, que pressupõem estabelecimento de relacionamento, interação, comunicação e também violência reclama uma postura preventiva da escolar, sobretudo na socialização das responsabilidades e riscos na internet

QUADRO 6

O desabafo de um menino de 11 anos que é vítima de racismo na escola

“Eu não aguento mais”. Menino de apenas 11 anos que não suporta mais sofrer preconceito “todo santo dia” na escola publica um vídeo-desabafo pedindo basta

Kauan Alvarenga estuda na escola João Vieira de Almeida, na Vila Maria, cidade de São Paulo. O menino, de apenas 11 anos, publicou no Youtube um vídeo-desabafo em que pede um basta nas perseguições racistas que sofre diariamente na escola.

Apesar de comovente, o conteúdo soma pouco mais de mil visualizações até o fechamento deste texto.

“Meu nome é Kauan Alvarenga, tenho 11 anos. Olha aqui, vou falar uma coisa para vocês [...] todo dia, todo santo dia, todo dia mesmo, eles mexem com meu cabelo, mexem comigo, e quando eu vou falar pra professora, [ela] não dá atenção, não fala nada, finge que não ouviu”, explica Kauan.



“Eu não tô aguentando mais. Todo dia, na escola, na rua, dentro da minha sala de aula, debocham do meu cabelo, não sei por quê [...] o problema é meu, o cabelo é meu. As vezes me batem, me agridem, queria que parassem com isso, entendeu? Não tô aguentando, não dá, não dá... todo dia, muitas vezes são ‘um monte’ me zoando’, ‘5 marmanjão’ do tamanho da minha mãe”, desabafa o menino. (...)

(Pragmatismo político, 14 de agosto de 2015)

QUADRO 7

Conselho responsabiliza diretora por *bullying* e racismo

Estudantes de escola estadual de Campo Grande sofreram agressões e discriminação racial

A diretora da Escola Estadual Delmira Ramos dos Santos, de Campo Grande (MS), foi responsabilizada por “bullying associado à discriminação racial” cometido contra dois alunos de 13 e 15 anos, em parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE). A decisão, que aguarda homologação do ministro da Educação, Fernando Haddad, foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira.

De acordo com o parecer da conselheira e relatora Nilma Lino Gomes, Antonesia Maria dos Santos da Costa, mãe das vítimas, registrou um Boletim de Ocorrência no qual afirmava seus filhos sofreram injúria e agressões feitas pelos alunos da escola. Segundo Antonesia, os jovens eram alvos de agressões de cunho racista, como “o seu cabelo é feito pra fazer Bombril”, “sua pele é para fazer carvão e a carne para fazer comida de porco”, “pretos fedidos” e “urubu”.

Ainda de acordo com a versão da mãe, a direção da escola “fez pouco caso da situação”. Após a divulgação do caso na imprensa local, Antonesia e a diretora “tiveram uma reunião tensa na qual as duas se exaltaram”. O caso foi encaminhado ao CNE pela Presidência da República/Ouidoria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

O CNE avalia que existiu “bullying associado à prática de discriminação racial” no caso e exige que a direção da escola preste esclarecimentos ao Colegiado Escolar, ao Conselho Tutelar, ao Conselho

Estadual de Educação, ao Conselho Estadual dos Direitos do Negro e à Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso Sul. As explicações devem ser dadas também à Antonesia, autora da denúncia, feita em julho deste ano.

O parecer indica ainda que a Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul e o Conselho Tutelar verifiquem a situação escolar da adolescente de 15 anos, filha de Antonesia, que abandonou os estudos após as agressões. O documento também orienta a Secretaria e todas as escolas do Estado a realizarem práticas pedagógicas, envolvendo os profissionais da educação, estudantes e comunidade escolar na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O Conselho determina ainda que a Secretaria de Educação apoie a Escola Estadual Delmira Ramos dos Santos no desenvolvimento de “um processo de formação em serviço e continuada dos professores, que focalize a discussão sobre diversidade e respeito às diferenças, o combate ao racismo e o fenômeno do bullying nas escolas”.

Procurada pela reportagem, a Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul ainda não se manifestou sobre o caso. (Último Segundo, IG São Paulo, 28/10/2010)

QUADRO 8

Jovens são vítimas de crimes contra a honra nas redes sociais

No interior do Rio, meninas de até 11 anos já sofrem com a exposição na internet. Em Volta Redonda e Casimiro de Abreu, campanhas vão esclarecer a população para ajudar a combater a ‘epidemia’

Rio - Aos 11 anos, a estudante do Ensino Fundamental W. viu seu mundo virar de pernas para o ar depois que enviou uma foto íntima a um rapaz, de 16, por meio do Facebook. Logo a imagem foi compartilhada nas redes sociais. Moradora de Casimiro de Abreu, a criança virou o principal assunto da cidade de pouco mais de 30 mil habitantes, a 140 quilômetros do Rio. W. teve que

mudar de colégio e foi proibida pelos pais de usar computadores. O inseparável celular que carrega no bolso agora serve apenas para escutar músicas e não tem chip de nenhuma operadora. O drama enfrentado pela família de W. é cada vez mais comum no interior do Rio.

Nos últimos três anos, o número de crimes de informática registrados na única delegacia especializada do estado, que funciona na capital, aumentou 43%, chegando a 2.094 em 2013. “Crime virtual já deixou de ser um problema apenas de cidade grande. A popularização da internet e dos celulares com internet tornou muito mais comum esse tipo de crime.

Cerca de 30% dos casos que chegam aqui são de crimes contra a honra”, revela o delegado titular da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática, Alessandro Thiers. As principais ocorrências do mundo virtual são crimes contra a honra, fraudes diversas, pedofilia e uso da internet para apologia a outros crimes. Ainda não há, no entanto, como mensurar cada um desses segmentos.

O esclarecimento da população, que tem procurado cada vez mais a polícia, é apontado por Thiers como um fator determinante para o salto das ocorrências cibernéticas. “É importante que as vítimas saibam que, além da DRCI (localizada no Centro do Rio), podem prestar queixa de crimes virtuais em delegacias comuns da própria cidade”, completa.

Foi o que fez a estudante de Educação Física Y., de 21 anos. Há duas semanas, a jovem procurou a 93ª DP (Volta Redonda) para denunciar o ex-namorado C., de 25. Inconformado com o fim do relacionamento, o rapaz postou fotos de Y. na internet e imagens da relação sexual que mantinham. Além disso, C. divulgou telefones e endereço da vítima em redes sociais, classificando-a como suposta garota de programa.

O chamado ‘estupro virtual’, que deprecia moralmente a vítima com extensão incalculável, como o que envolveu Y., é um dos delitos que ocorrem com frequência em Volta Redonda, onde cerca de 120 crimes cibernéticos são registrados por mês. O número, segundo o delegado da 93ª DP, Antônio Furtado, é praticamente o dobro do registrado ano passado.

(Jornal O DIA, 10 de maio de 2014)



O Brasil é um país laico, onde há a liberdade de associação religiosa. A Carta Magna garante o exercício de religiões e de cultos religiosos em todo o território nacional, assim como assegura o direito àqueles que são ateus, de não sofrerem nenhuma perseguição por isso. No entanto, nos últimos anos registraram-se casos de perseguição a determinadas religiões, notadamente, as religiões afro-brasileiras como o candomblé, e a umbanda.

As religiões afro-brasileiras que foram alvos de perseguições sistemáticas na primeira metade do Século XX, passaram a ter seus cultos e seguidores alvos de profanação, violência, novamente, ao fim do Século e início do Século XXI. Os casos de intolerância, antes apenas episódicos e sem grandes repercussões, ganharam proporções mais intensas e tiveram o número de ocorrências incrementado, ganhando maior visibilidade pública. Segundo Silva (2015), esse aumento significativo fez com que tais fatos saíssem da esfera cotidiana e se transformaram em processos criminais.

Uma pesquisa sobre relações raciais na escola (Carreira, 2010) mostrou que é muito alta a discriminação na escola contra alunos, e até professores, que são seguidores de religiões afro-brasileiras. O estudo revela que a falta de preparo dos profissionais de educação em lidar com o tema reforça o preconceito, muitas vezes. Existem casos, que os próprios professores são fundamentais nas práticas de intolerância religiosa.



A LDB concebe o ensino religioso como completar à educação, mas busca garantir a representatividade de todas as religiões. Onde há ensino religioso no ensino público, no entanto, tem havido problemas, também, pois não há um equilíbrio na oferta para todas as religiões (DINIZ, LIONÇO e CARRIÃO, 2010), tornando-se em sua maioria, ensino voltado, apenas, para o ensino cristão, majoritariamente, católico. Não significa que o ensino religioso reforce a intolerância, mas que há a necessidade de se trabalhar melhor a concepção de ensino religioso, evitando estigmas com determinadas religiões não hegemônicas no conjunto da população brasileira.

Não somente em relação às religiões de matrizes africanas, mas, também, contra os muçumanos, a intolerância religiosa tem aumentado. Casos de jovens que tiveram seu véu queimado, xingadas de terroristas e de outros tipos de ofensas aumentaram no Brasil nos últimos anos. O Rio de Janeiro é o Estado que tem registrado número crescente deste tipo de intolerância religiosa.

Adereço do candomblé gerou confusão e aluna acusa docente de constrangimento

Rio - A intolerância religiosa provocou mais uma vítima em escola no Rio de Janeiro, desta vez uma menina de 11 anos, aluna de um colégio particular na Praça Seca, em Jacarepaguá, Zona Oeste.

Iniciada no fim do ano passado no candomblé, religião de seus pais e suas irmãs mais novas, C.T., aluna do 6º ano do Ensino Fundamental, acusou uma professora de constrangimento e de tê-la proibido de assistir à aula com um adereço feito de palha e amarrado aos antebraços, conhecido no candomblé como contraegum.

“Ela disse que eu não poderia ficar na aula porque o contraegum não fazia parte do uniforme e eu, sem saber o que fazer, saí de sala”, disse a estudante, abatida.

A mãe de C. contou que se assustou ao ir buscar a filha na escola, na quinta-feira passada. Disse que a garota estava acanhada e, ao ver a mãe, começou a chorar sem saber o que fazer. Orientada pelo advogado da família, a mãe foi à 28ª DP (Campinho) prestar queixa contra a escola e a professora.

“Se ela não pode usar uma fita no antebraço, por baixo do uniforme, outras crianças também não podem usar pulseiras, cordões e medalhas. O que vale para um tem que valer para todo mundo”, disse a mãe da criança.

O babalorixá da família, Pai Marcus de Oxóssi, bisneto da famosa Mãe Menininha do Gantois, lamentou que ainda tenha que conviver com preconceito e intolerância, principalmente em escolas, onde o que deveria ser ensinado é o oposto.

“Infelizmente, em pleno século XXI, temos ainda casos e mais casos de intolerância religiosa”, disse o babalorixá.

A polêmica, desta vez, parece ter sido contornada sem a necessidade de intervenção judicial. A família da jovem foi procurada pela escola, e informada que a professora foi afastada do cargo. Também foi oferecida uma bolsa de estudos à aluna.

“A escola entendeu o problema e procurou se redimir. Isso é

importante para servir de exemplo para os alunos”, disse a mãe da estudante.

(Jornal O DIA 11/02/2015)

QUADRO 10

Estudante agredida por intolerância religiosa dentro de escola não quer voltar ao colégio

Há um mês, a adolescente Agnes, de 14 anos, não quer voltar ao Colégio Estadual Alfredo Parodi, em Curitiba, por vergonha. No dia 31 de agosto, a jovem foi agredida por uma colega de turma, dentro da escola, por intolerância religiosa. A motivação para a agressão foi uma foto, postada no dia anterior em uma rede social, em que a menina aparece ao lado da mãe e de uma amiga, as três do Candomblé.

— A gente ia levar uma amiga no aeroporto e tirou uma foto com ela lá. A Agnes foi marcada na foto e viram no Facebook dela. No dia seguinte, na primeira aula, uma menina disse que não queria ficar perto da Agnes porque ela era da macumba. A Agnes começou a explicar o que era, mas depois falaram que iam chutá-la, porque ela é da macumba. A menina foi e chutou a Agnes, que caiu com a cabeça na parede — explica a mãe da adolescente, Dega Maria Pascoal.

Ainda segundo a mãe, desde o episódio, a adolescente não quer voltar à escola, assim como o irmão dela, de 11 anos. Dega Maria conta ainda que só soube da agressão quando foi buscar a filha no colégio e até hoje não recebeu qualquer assistência.

— Cheguei no colégio para buscar meus filhos e fiquei no portão esperando. Vi que eles não saíam do colégio e fui perguntar se tinham visto a Agnes. Me falaram: “Tia, a Agnes está machucada lá dentro”. Entrei para dentro da escola e vi a minha filha com o rosto machucado, sangrando, um galo enorme da testa. E ela me falou: “Essa menina me chamou de macumbeira. Disse que a senhora não presta, que a senhora é uma doença” — descreve a mãe, que registrou o caso na delegacia, depois de levar a filha até um hospital.

— Passaram uns dias e eu fui em uma reunião, mostrei foto,

coloquei no Facebook. Mandaram um assistente social para conversar com a Agnes e me falaram para marcar uma psicóloga. Só isso. Já tem mais de um mês e até agora ninguém fez nada. Ela está deprimida. Todo mundo viu o que aconteceu dentro do colégio. E o pior é que foi dentro. Eu tinha preocupação de que esse tipo de coisa acontecesse fora da escola, por isso que ia buscar meus filhos todo dia, mas foi dentro — relata Dega Maria.

A mãe conta ainda que essa não foi a primeira vez que ela e Agnes foram vítimas de intolerância. Dega Maria lamenta que agressões desse tipo sejam frequentes, por falta de respeito à religião dos outros.

— É comum isso. Uma vez fomos a uma padaria comprar alguma coisa e fomos perseguidos, eu e meus três filhos, por um carro com rapazes de camisa de “exército de Jesus”. Dessa vez agora eu preferia que tivesse acontecido comigo, seria diferente. A Agnes está sofrendo muito, está muito magrinha, com o rosto machucado, com vergonha, sem vontade de voltar ao colégio — lamenta.

Fonte: Jornal Extra em 30/09/2015

QUESTÃO

Como as várias representações da formação religiosa pode acender a chama do conflito e da violência, dentro da ostensiva que as disputas religiosas se colocam diante das instituições escolares? A laicidade não é uma opção, é ela que permite a liberdade de opção que os atores podem acionar, nas suas dimensões privadas.



Escola e drogas

A questão das drogas é uma das principais preocupações de professores, pais e diretores de escolas públicas e privadas no Brasil. Há quase uma associação direta quando se fala em violência na escola com o uso e o tráfico de drogas. E a preocupação não é sem sentido, são inúmeros os casos de problemas nas escolas brasileiras ligadas à questão das drogas.

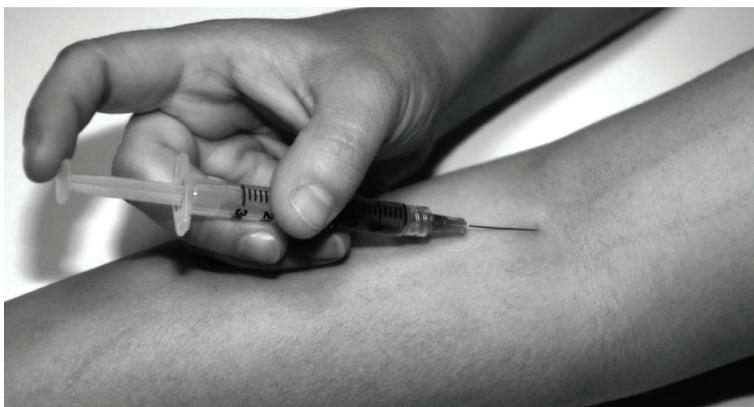
Entretanto, autores como Da Agra (2008) e Brochu (2006), que realizaram estudos em seus países, relativizam essa associação direta entre drogas e violência. Eles acreditam que fazer uma relação direta entre os fenômenos é desconhecer toda a complexidade que se estabelece entre eles. Para eles, é necessário considerar uma série de fatores e de variáveis que interagem na relação. Nesse sentido, não consideram prudente estabelecer uma relação incondicional entre as drogas e a violência.

No entanto, consideram que em relação à problemática do fenômeno das drogas, os adolescentes são o grupo etário que mais causam preocupações (BROCHU, 2006).

No Brasil, a maior visibilidade do tráfico de drogas e os conflitos entre quadrilhas, que são responsáveis pelo incremento das taxas de homicídios e de outras violências em diversas cidades brasileiras, associaram as drogas a esses eventos. Logicamente, a criminalidade vulnerabiliza aqueles envolvidos em suas ações a determinadas violências. Entretanto, apesar de ilegal na totalidade dos países, em muitos deles o tráfico não se apresenta com a letalidade ou violência como ocorre em países como México e Brasil (Fraga, 2015).

A violência do tráfico no Brasil está vinculada a outros fatores como: a grande presença de armas de fogo nas bocas de fumo; a resolução de conflitos pela violência; a disputa constante de expansão territorial de determinados grupos; as estratégias de repressão da polícia e a corrupção policial; estigma de usuários e traficantes e outros fatores (Fraga, 2015).

Nesse contexto, instituições como a escola não estão imunes à violência que se observa em diversas áreas de pequenas, médias e grandes cidades brasileiras. Por outro lado, a falta de uma política pública mais abrangente e sólida de enfrentamento do problema faz com que haja o agravamento da situação com o aumento do uso problemático de substâncias psicoativas e o envolvimento de muitos jovens no tráfico de drogas (Zaluar, 2000).



O uso de álcool e outras drogas, também, tem sido um desafio para muitas escolas. Uma das questões que se coloca é a falta de conhecimento e preparo de professores e professoras para lidar com tema tão delicado. As secretarias de educação, apesar de todos os problemas vividos pelos estabelecimentos de ensino, não têm tido sensibilidades para trabalhar melhor o tema com os profissionais de ensino. O tema ainda é TABU.

Assim, a falta de informação leva, muitas vezes, à abordagem moralizadora sobre o tema. As drogas têm efeitos diferenciados sobre o organismo.

Pesquisa baseada em respostas de diretores de instituições mostra que problema é maior no Distrito Federal

Pouco mais de um terço (35%) das escolas públicas brasileiras tem tráfico de drogas nas proximidades, segundo dados levantados pelo QEDu: Aprendizado em Foco, uma parceria entre a Meritt e a Fundação Lemann., organização sem fins lucrativos voltada para educação.

Entre os Estados, o Distrito Federal (DF) é o com maior incidência: 53,2%, e a menor ocorrência é registrada no Piauí, com 15,3% das escolas, mas nenhum lugar está livre da realidade.

PUBLICIDADE

A pesquisa se baseou nas respostas dos questionários socioeconômicos da Prova Brasil 2011, aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), divulgada em agosto do ano passado. A questão sobre o tráfico nas proximidades das escolas foi respondida por 54,5 mil diretores das escolas públicas. Deles, 18,9 mil apontaram a existência da atividade. A situação, de acordo com especialistas, é preocupante e está associada diretamente à violência e à precariedade que cercam muitos centros de ensino do país, além de contribuir para que os alunos deixem de estudar.

DROGAS

O responsável pelo estudo, o coordenador de Projetos da Fundação Lemann, Ernesto Martins, diz que não dá para isolar escola no contexto em que está inserida. “Ela faz parte de um todo maior, se há violência fora, poderá chegar também aos centros de ensino. Basta observar que o Distrito Federal [53,2%] e São Paulo [47,1%], [regiões] com altos índices de violência, são [as áreas] com o maior percentual.”

Outro problema que advém da situação é a evasão escolar. Para a diretora executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz, a evasão deve ser uma das grandes preocupações dos governos. “Muitos jovens acabam deixando os estudos pela proximidade com as drogas.

Isso gera um problema ainda maior que não pode ser ignorado”, diz. A porcentagem (de 35%) constatada pelo estudo, segundo ela, seria alta mesmo que fossem 10% ou menos. Para ela, a escola deve ser um local de cuidado e aprendizado.

Morador do Distrito Federal, o coordenador intermediário de Direitos Humanos e Diversidade na Regional de Ensino do Recanto das Emas (região administrativa do DF), o professor Celso Leitão Freitas, confirma os dados e diz que o tráfico próximo às escolas é mais comum do que se imagina.

“As ocorrências são diárias. Pensamos que é um problema só do aluno, mas, quando se vai atrás, a família toda está envolvida com drogas e ele traz esse hábito de dentro de casa”. Freitas é prova de que o tráfico está associado à violência, tanto entre pessoas, quanto a que chamou de estrutural: a falta de serviços básicos. “Aqui presenciamos a falta de moradia, de educação, a falta de benefícios econômicos como um todo.”

Os programas para combater o uso de drogas são vários, tanto governamentais quanto iniciativas privadas, e é consenso que para mudar a realidade nas proximidades da escola é preciso modificar a realidade da comunidade, por meio de assistência social e acesso a políticas públicas e a itens básicos como saúde, saneamento, alimentação, além de uma educação de qualidade.

Para combater o tráfico e ajudar os alunos, ainda enquanto era professor, Freitas resolveu tomar uma iniciativa ele mesmo: criou o projeto Estudar em Paz, para resgatar o interesse pelos estudos. “A comunidade perdeu o encanto pela escola, precisamos resgatar isso. Ao mesmo tempo, as ruas estão cada vez mais ‘encantadoras’, cada vez mais estamos perdendo nossos alunos para o tráfico”, acrescenta.

O estudante Natanael Neves, de 18 anos, fez parte do grupo Estudar em Paz. Dos tempos de escola, ele conta que não tinha a menor paciência, bastava “não ir com a cara” da pessoa para já começar a bater. E a violência estava lado a lado com o tráfico. Apesar de não ter feito o uso de drogas, ele viu colegas consumirem tanto nas ruas, quando dentro da escola, em São Sebastião (região administrativa do DF).

“O local tinha policiamento, mas os guardas ficam com medo. O

pessoal sabe e [usar drogas] já é algo quase normal”. A agressividade foi algo que herdou de casa. Ele diz que queria chamar a atenção dos pais. A vida pessoal acabava chegando às salas de aula: “Na escola você só aperfeiçoa o que aprende em casa.”

Hoje, Natanael se diz uma nova pessoa, foi aprovado para o curso de gestão pública pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e pretende voltar ao ambiente escolar depois de formado para mudar a realidade. Ele diz que perdeu as contas dos amigos que deixaram as salas de aula por problemas com tráfico e violência.

(IG São Paulo, 05/02/2013)

QUADRO 12

Alunos de escolas particulares usam mais drogas que os de colégios públicos

Estudo diz que consumo de entorpecentes entre estudantes caiu pela metade

Levantamento sobre o consumo de drogas entre alunos do ensino fundamental e médio da rede pública nas capitais brasileiras aponta queda de 49,5% no uso de entorpecentes, informaram nesta quinta-feira (16) a Senad (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas) e o Cebrid/Unifesp (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas da Universidade Federal de São Paulo).

Os pesquisadores ouviram 50.890 estudantes, com predomínio da faixa etária de 13 a 15 anos, sendo 31.280 da rede pública de ensino e 19.610 da rede particular. Como estes últimos entraram no levantamento apenas nesse ano, não possível comparar a evolução do consumo entre eles.

Ainda assim, os números mostram uma disparidade grande. Segundo o levantamento, 13,6% dos alunos de escolas privadas consultados afirmaram ter usado algum tipo de droga (exceto álcool e tabaco) nos 12 meses anteriores à pesquisa. Na rede pública, esse percentual é de 9,9%.

Entre os alunos da rede pública, 24,2% afirmaram já ter feito uso de drogas pelo menos uma vez na vida. Já entre os da rede privada, 30,2% admitiram já ter experimentado algum entorpecente.

Dentre as substâncias ilícitas mais consumidas estão maconha, cocaína, crack, anfetaminas, solventes, ansiolíticos, esteroides, LSD, êxtase, anfetamina e bebidas energéticas misturadas ao álcool.

A pesquisa, no entanto, verificou que o consumo de quase todas essas substâncias caiu nos últimos seis anos. A droga que apresentou maior percentual de redução foi o solvente, usada mais como cola de sapateiro. De 14,1% de uso recorrente, a droga caiu para 4,9%. Ainda está à frente da maconha, que caiu de 4,6% para 3,7%, e do crack, que apresentou redução de 0,7% para 0,4%.

A cocaína, no entanto, apresentou crescimento no consumo. Em 2004, 1,7% dos estudantes da rede pública afirmaram consumir a droga pelo menos uma vez ao ano. Em 2010, o percentual subiu para 1,9%.

O consumo de álcool caiu 35,1% entre os alunos de escolas públicas. Já o de tabaco, apresentou redução de 37,6%.

(Gustavo Gantois, do R7, em Brasília, 16 de dezembro de 2010)

QUESTÕES

1. O consumo e o tráfico de drogas na escola: duas dimensões desafiantes para o universo escolar. **Que tipo de relação entre a família, escola e alunos estão sendo estabelecidos na formação individual desses alunos?** Quais motivos às drogas estão sendo acionadas, em determinados períodos da fase desses alunos? O que está em jogo são projetos que sinalize referências e experiências positivas com as experiências desse universo pessoal e coletivo dos alunos.



Considerações Finais

Esperamos que este livro cumpra seu objetivo de fomentar discussões e debates entre educadores e profissionais de ensino. Os desafios para a escola são muitos, mas temos que considerar a experiência dos professores e a realidade de cada instituição de ensino.

Os educadores precisam lidar com uma gama significativa de temas e problemas e, sozinhos, não conseguem enfrentá-los. O apoio aos profissionais de ensino é elemento fundamental para diminuir as diversas formas de violência que se expressam no espaço escolar e esperamos ter dado uma pequena ajuda, que seja.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. Cotidiano das escolas: entre violências. **UNESCO**. Brasília. DF. 2006. Disponível: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001452/145265POR.pdf>. Acesso em: 16 maio 2009.

_____.(Coord.) Schools of Peace. Brasília: UNESCO e Governo do Estado do Rio de Janeiro/Secretaria de Estado de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

AMARAL NETO, Castúlio do. Diários escolares: Fragmento e memórias de homossexuais no cotidiano escolar. Disponível em: <<http://www.armariox.com.br/documentos/textoeducargls.doc>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

APOESP/DATAPOPULAR. Qualidade da educação nas escolas estaduais de São Paulo. São Paulo, Aposesp, 2009.

BROCHU, S. **Drogue et criminalité**: une relation complexe. 2. ed. Publ. à l'origine dans la coll: Perspectives criminologiques. 1995. Bibliothèque nationale Du Québec, 2006

CHARLOT, Bernard. A violência nas escolas: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n.8, jul/dez 2002.

CARREIRA, D. Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação, da Plataforma DHESCA. Rio de Janeiro, RN, 2010.

DA AGRA, C. **Entre droga e crime**: chegou o tempo de dizermos, sem hipocrisia a roga é normal na nossa sociedade. Mas será que a droga é, de fato, a causa directa da criminalidade?. Portugal: Casa das Letras, 2008.

DEBARBIEUX, Eric. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.27, n.1, p. 163-193, jan./jun. 2001.

DINIZ, D., LIONÇO, T. e CARRIÃO, V. Laicidade e ensino religioso no Brasil, Brasília: Letras Livres/ Editora UnB/Unesco Brasil, 2010.

FRAGA, PAULO C.P. Vida bandida: histórias de vida, ilegalismos e carreiras criminais. Um estudo com presos no sistema carcerário do Rio de Janeiro. Lisboa, NEA, 2015.

JESUS, B. de e outros Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. / Beto de Jesus. Ed. Especial, revista e ampliada. – São Paulo: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 2008. 92 p.

SILVA, Wagner Ferreira da. Prefácio ou Notícias de uma guerra nada particular: Os ataques dos neopentecostais às religiões afro-brasileiras e aos símbolos da herança africana no Brasil In: Intolerância religiosa. Impactos do

neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo, EDUSP, 2015.

TOSTA, Sandra Pereira; RIGOTTI, José Irineu Rangel et al. Rede particular de ensino em MG: vida de professor e violência na escola. **Relatório de Pesquisa**. Belo Horizonte: PUC- Minas/ Sinpro Minas, 2009. 200p.

ZALUAR, Alba. *Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil*. In: Schwartz, LÍlian.(Org.). **História da vida privada no Brasil**, vol.4: *Contrastes da intimidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, p.246-318, 2000.

OS AUTORES

ANA CAROLINA DAMASCENO

Assistente Social, mestre em Sociologia (UFJF), pós-graduada em Arte e Educação (PUC-MG), coordena o Centro de Referência da Casa de Maria (Cataguases-MG).

PAULO CESAR PONTES FRAGA

Sociólogo, doutor em sociologia (USP), foi pesquisador convidado (Universidade de Montreal), é professor e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFJF).

ROGÉRIA MARTINS

Socióloga, doutora em políticas públicas (UERJ) e mestre em educação (UFBA), é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa. Concentra seus estudos no campo da sociologia jurídica e dos direitos humanos.

Esta obra foi impressa em processo digital,
na Oficina de Livros para a Letra Capital Editora.
Utilizou-se o papel Pólen Soft 80g/m²
e a fonte Calibri Regular corpo 10 com entrelinha 13,5.